



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 37

Sessão Ordinária de Abril

7.ª Reunião de 27-06-2011

Aos vinte sete dias do mês de Junho de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Maria João Moreira Dinis, Simão Pedro Fonseca Tavares Quina, João Carlos Martins Valente, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, António Augusto Fontoura Ataíde Guimarães, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Catarina Marques Rocha Barreto, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Telmo Viera Martins, Raúl Ventura Martins, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Joana Cristina Rodrigues Santos Dias, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificaram-se as ausências dos seguintes vogais:

Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Antero Marques dos Santos, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Paulo Jorge Teixeira de Jesus.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, Vice-Presidente da Câmara Carlos Manuel da Silva Santos, e os Vereadores Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes e José da Cruz Costa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Ivar Jorge Alves Corceiro e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respectivamente, Maria João Moreira Dinis, Simão Pedro Fonseca Tavares Quina, Vitor Manuel Marques de Oliveira, Joana Cristina Rodrigues Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.⁰⁰²

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia Armando Manuel Dinis Vieira, Fernando Tavares Marques, David Paiva Martins e Carlos Mário Magalhães Anileiro, se fizeram substituir nesta reunião, respectivamente, por Firmino Marques Ferreira, António Augusto Fontoura Ataíde Guimarães, Catarina Marques Rocha Barreto, e Margarida Maria Gaspar Casimiro.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves e Marco António da Costa Gonçalves, apresentaram escusa.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 8. – PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO:

8.1 – Reestruturação da Medida 3.3.2 – Dívida de curto prazo.

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 16/06/2011, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

De seguida a Mesa concedeu a palavra a pedido do deputado António Salavessa.

Vogal António Salavessa:[004](#)

“Senhor Presidente, estou a ver alguns companheiros atrapalhados e partilham da mesma atrapalhação que eu, desde há umas horas para cá que eu não consigo ter acesso aos documentos das Sessões — o que é estranho porque os outros links da página do município estão a funcionar, mas o que nos dá acesso aos documentos das Sessões não está! Isso quer dizer Senhor Presidente que cada um sabe as linhas com que se cose. Eu não tive oportunidade de preparar este Ponto da Ordem de Trabalhos. Mesmo assim admitia que caso o assunto estivesse resolvido à hora da Sessão aceitaria debater, ok. Mas continua indisponível! Ora, ou a Mesa nos distribui os documentos que estão em apreciação ou interrompe o tempo suficiente para desbloquear este imbróglio. Pode testar o apoio, pode testar aquilo que eu estou a dizer e a Mesa decidirá.”

Continuando, o Presidente da Mesa, após esclarecimento do Gabinete de Apoio à Assembleia, informou o modo procedimental da distribuição desta documentação e deu a palavra à Câmara para apresentação do ponto.[005](#)

O Presidente da Câmara Municipal delegou no Vereador Pedro Ferreira para fazer a apresentação da documentação atinente ao assunto em apreço.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira[006](#)

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Bem, antes de mais boa noite a todos os presentes. Eu começava por salientar uma questão. Não tenho assim nada de especial a referir em relação aos três aspectos da liquidação das dívidas. Mas aproveitava esta oportunidade para falar da questão (pelo que eu percebi das palavras do Vereador Pedro Ferreira) estarmos perto de acabar o período de carência de três anos que estavam previstos. E a questão que eu ponho é: como é que nós vamos enfrentar esta situação daqui para a frente, sabendo que até agora não fizemos amortização nenhuma de capital ou seja dos 58 milhões nenhum valor desse foi amortizado? Tivemos só que pagar juros e a questão agora é que as prestações a pagar à Banca vão ser superiores até às que pagamos. E portanto, como é que nós vamos enfrentar essa situação no futuro quando, até ao presente,

não há nenhum sinal digamos assim positivo de consolidação ou sequer do âmbito da receita ou da despesa, que nos permita pensar que vamos poder fazer face a esse aumento que se afigura em relação aos três anos de carência. E portanto, eu gostava de saber como é que o executivo encara esse sinal, encara esse cenário que se avizinha e que já é sabido, porque foi assim que foi negociado, sabendo que não há aqui nenhuma receita extraordinária para compensar estes acréscimos que vão vir, nestes doze anos seguintes.

Outra questão que eu também gostava de salientar era que uma das medidas que traduziriam uma grande poupança no Plano de Saneamento Financeiro era a transferência de competências para os Serviços Municipalizados de Aveiro, dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza e Varredura. E aí, previa-se uma poupança entre 2008 e 2020 de treze mil setecentos e quarenta milhões de euros sensivelmente, quase catorze milhões, aproximadamente um milhão ao ano. E nesse sentido aquilo que eu pergunto é, como é que esta medida é compatível com a destruição dos SMAS que aconteceu com a venda à AdRA? Portanto os SMAS estão completamente esvaziados como toda a gente sabe, a nível de recursos humanos. E portanto como é que esta medida se está a traduzir no terreno e se está de facto a gerar a poupança que era prevista?

E se por exemplo, se ela nos vai permitir fazer face a este novo período de maiores prestações que vamos ter que pagar à Caixa Geral de Depósitos.

E aproveitava também para reflectir sobre uma questão das dívidas de curto prazo que nos aparecem listadas, algumas das maiores são precisamente em relação às empresas que trabalham nesta área dos Resíduos Sólidos Urbanos e da limpeza, nomeadamente a ERSUC e a SUMA. A SUMA tem uma dívida que já está paga, mas no entanto tem uma dívida de sete milhões, sensivelmente sete milhões de euros entre 2005 e 2007; e a ERSUC também aparecia entre outras com uma dívida entre 2000 e 2007 de um mil cento cinquenta milhões de euros! E a questão que acho que é altura de reflectir é, se este modelo de empresariação de sectores tão estratégicos, como é também a questão dos resíduos, se de facto consideram que essa foi uma aposta correcta e que trouxe poupança para o executivo? Porque pelo que eu vejo do Plano de Saneamento Financeiro, há um reconhecimento que esse não foi o modelo correcto e há uma transferência para os Serviços Municipalizados que se diz que vai gerar uma poupança! Eu gostava já agora que me explicassem exactamente em que é que consiste essa poupança? E saber no futuro como é que se vai concretizar ou seja, como é que vai ser a relação da Câmara com estas empresas? E como é que vai ser gerada concretamente a poupança? E em relação à minha intervenção, queria deixar sublinhado só mesmo estes dois aspectos, para ver se consigo obter uma resposta clara.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP)⁰⁰⁹

Vogal Raul Ventura Martins (PS)⁰¹⁰

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Vitor Manuel Marques Oliveira e Margarida Maria Gaspar Casimiro).

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)⁰¹¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰¹²

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)⁰¹³

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁴

“Senhor Presidente, Senhores Deputados. Em primeiro lugar reconhecer que há um problema de comunicação interno dentro do PCP. Um problema claramente superável no futuro. Um problema de quando haja substituições que os e-mails sejam devidamente reencaminhados para quem vem à Sessão. Portanto sendo um facto que o site continua indisponível também é um facto que poderia ter acesso de outra forma aos materiais da Sessão.

Portanto, posto isto, eu teceria alguns breves apontamentos. Primeiro que se crie alguma expectativa em torno daquilo que seria (eu não digo aqui dentro da Assembleia) a reestruturação da dívida, quando de facto aquilo que nós temos em análise é algo que decorre, não sei se de imperativos legais, mas pelo menos de uma adequação da operação feita aos termos reais em que ela foi concretizada. Portanto não há grande discussão a esse nível, porque não vou aqui recordar discussões anteriores relativamente ao contrato em si e à opinião que o PCP tem sobre este contrato e sobre as suas condições, que como é sabido são claramente desfavoráveis ao seu conteúdo e à sua contratação.

Posta esta primeira questão, registava o incumprimento da Câmara. Porque se for verificar o conteúdo da discussão no início desta Sessão, houve de alguma forma um compromisso da Câmara em apresentar o novo Relatório Semestral do Contrato de Saneamento. A Câmara ficou de o apresentar à Sessão de Junho e quem conhece a ordem de trabalhos da Sessão de Junho não está lá a discussão do Relatório. Portanto houve uma intervenção do Senhor Vereador Pedro Ferreira que eu fiz questão de sublinhar na minha intervenção e de facto há um incumprimento da Câmara, mais uma vez, relativamente ao Relatório Semestral que se vai realizar muito para além daquilo que era desejável e necessário.

Por último dizer que continua a fazer todo o sentido, uma exigência, uma efectiva fiscalização, não sei se é possível discutir este contrato, mas é necessário que a Câmara discuta a situação. E sem querer antecipar a discussão, depois de amanhã ou numa das primeiras reuniões, diria apenas em números muito frios, que o optimismo que é revelado relativamente à diminuição do passivo não tem qualquer razão de ser! Não tem qualquer razão de ser!

Nós assistimos desde o início deste ano a um avolumar vertiginoso da diferença entre as receitas efectivamente cobradas, os montantes facturados à Câmara e os compromissos assumidos. Eu diria que há uma décalage, uma diferença entre os compromissos assumidos e o facturado na ordem dos trinta e dois milhões de euros.

Portanto, os compromissos assumidos pela Câmara desde o início de Janeiro são de sessenta e cinco milhões de euros e o facturado são trinta e três milhões.

Bastava juntar a estes trinta e três milhões, mais dois milhões de facturas e o sorriso do Senhor Vereador relativamente à redução do défice já não existiria. Portanto há uma diferença substancial entre o facturado e os compromissos assumidos, que mesmo que tendo a sua razão técnica, não deixa azo ao optimismo que mostraram!

Portanto há de facto uma diferença entre o facturado de trinta e três milhões e as receitas quinze milhões, que não pode deixar de preocupar e que se reflecte naturalmente também na dívida de curto prazo, dado que mesmo que estes oito milhões que vão agora ser (eu não digo resgatados) utilizados, digo os onze milhões que vão ser agora utilizados, provavelmente terão efeitos imediatos na transformação de alguma dívida de curto prazo em dívida de médio a longo prazo, mas não altera a situação estrutural. A situação estrutural continua muito complicada. Mas pior do que continuar muito complicada os Senhores continuam a agravá-la diariamente.”

Vogal Raúl Martins (PS)⁰¹⁵

Vogal António Salavessa (PCP)⁰¹⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰¹⁷

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁸

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, aquilo que nós constatamos neste documento que estamos a apreciar, prende-se com o facto de que o empréstimo ou se quiserem esta operação de reequilíbrio financeiro, foi aprovado numa Assembleia Extraordinária desta Assembleia Municipal em 26 de Novembro de 2007. Depois verificamos também aqui nos documentos, que é aqui referido e ninguém refutou, por isso é a realidade, que apenas a sua execução efectiva foi feita em finais de 2008 ou seja um ano depois, é que todo o processo burocrático para que

esta operação na realidade tivesse efeito, permitiu que realmente esta Câmara pudesse honrar compromissos que não eram seus e que continuavam a onerar e muito as finanças do município.

E se não, gostava de reflectir aqui nesta Assembleia estas dívidas que neste momento a Câmara pretende pagar com este montante, que entretanto fez e como muito bem devia ter feito, é que antecipou um conjunto de pagamentos inscritos nas listagens das dívidas a liquidar e com isso viu-se impedida de poder utilizar todo o montante que podia ir buscar à Banca para fazer face a essas dívidas, e que não o pôde ir buscar, e que totalizaram mais de dez milhões de euros.

Mas olhando para as despesas que a Câmara agora ainda tem que pagar e que não pôde pagar, porque não eram despesas que pudessem estar ainda inscritas no Plano que nós aprovámos em 2007, podemos verificar aqui, que há despesas ainda à Somague. Há despesas de leasing e factoring. Há despesas de indemnizações de terrenos do Parque de Exposições. Terrenos da Avenida da nova Estação e por aí adiante. E a questão que eu gostava de colocar ao Senhor Presidente da Câmara é esta: é que enquanto nós não pagarmos estas facturas, quanto é que só em juros pelo facto de não estarmos a pagar esta Câmara e este município está a ser onerado? Porque nós não temos só que olhar ao montante que vamos pagar como juro pelo facto de passarmos esta dívida de curto prazo para uma dívida de médio a longo prazo, mas sim também ao facto de pelo facto de desde 2007, desde 2006, desde 2005, não estarmos a fazer face e não termos pago estes serviços que nos foram prestados. De certeza que estas empresas não vão ficar quietas e vão perdoar de juros de dívida ao município de Aveiro. Era bom que isso acontecesse, mas parece-me que não. E por isso, eu gostava de perguntar à Câmara Municipal se sabe quanto é que são essas estimativas e quanto é que pelo facto da Câmara poder estar a poder ir à Banca buscar estes oito milhões de euros, para poder fazer face a uma despesa de onze milhões de euros que já devia ter sido paga há mais de seis anos, quanto é que a Câmara vai pagar em juros, porque vai ter que os continuar a pagar? Penso que estas contas também deviam entrar nos cálculos, que os economistas que fazem apreciação destes assuntos fizessem quando fazem as suas apreciações, àquilo que são as finanças da Câmara Municipal de Aveiro. Porque quando se diz que a situação é difícil, é verdade! Agora quando se diz que a Câmara tem sido parte do problema e por isso isto mostra que a Câmara é parte da solução. O problema foi criado anteriormente. Esta Câmara está a fazer tudo e bem, para que realmente seja parte da solução.

É verdade que a Câmara ainda poderá pontualmente gastar mais euros do que aqueles que arrecada, mas todos nós sabemos isso é que a Câmara neste momento consegue arrecadar muito mais euros do que aquilo que arrecadava há muitos anos, porque gastava o dinheiro que não tinha e por isso é que nós estamos na situação em que estamos neste momento. E por isso esta operação (que nos é aqui pedido) de reestruturação desta medida de 3.3.2 de dívida de curto prazo, em relação ao Plano de Saneamento Financeiro tem a concordância do PSD. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

“Obrigado Senhor Presidente. É um pedido de esclarecimento ao Dr. Coimbra, que certamente sabe, porque isso é do foro comum, nem sequer é de especialistas, que o custo médio de financiamento através da Conta de Fornecedores é sempre custo médio, é sempre inferior ao custo médio do financiamento bancário qualquer que seja a situação! Não é isso que esteve por trás do financiamento. O que esteve por trás do financiamento foi o facto da Câmara de Aveiro se ter de comportar como uma pessoa de bem. É uma coisa diferente! Porque como é óbvio há alguns credores que cobravam juros, mas há outros que não cobravam como é óbvio, não é? Não estou a ver aí as Florinhas do Vouga e não sei quantas mais a cobrarem juros à Câmara porque obviamente não os cobravam. E era uma vergonha

não se pagar. É uma coisa diferente. Mas não é esse o âmago da minha questão. A minha questão basicamente é esta: o financiamento que foi feito, alegando que havia uma questão, um défice conjuntural, de cinquenta e oito milhões de euros, esses cinquenta e oito milhões de euros serviam para pagar tudo. Todo o passivo de curto prazo ou seja se tivesse sido tudo aplicado, o passivo de curto prazo passaria a zero naquele momento. A zero! Eu vou ser breve, apenas para compreenderem bem, porque não sendo um especialista como disse, é natural que eu pretenda que entenda bem a minha questão. Portanto seria para passar o passivo a zero. Porque inclusivamente se se lembram, até estavam as facturas que ainda nem sequer estavam devidamente tramitadas junto da Câmara. Ora passados que são três anos, o passivo de curto prazo, as dívidas de curto prazo, são de quarenta e sete milhões de euros! Se a esses quarenta e sete milhões de euros tirarmos os onze milhões que é o que vai acontecer, vamos ter a curto prazo ou teríamos hoje imediatamente, uma dívida de curto prazo de cerca de trinta e cinco trinta e seis milhões de euros. Penso que são números que a Câmara corroborará. O que eu lhe queria perguntar é se acha que numa Câmara que não acha que o desequilíbrio é estrutural, que foi apenas conjuntural numa determinada ocasião, é legítimo que tenha neste momento um passivo de curto prazo de trinta e seis milhões de euros, que correspondem quase às receitas da Câmara.”

Vogal António Salavessa (PCP)⁰²⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰²¹

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira⁰²²

“Senhores Deputados, começando pelo BE. O Senhor Deputado disse que não existe um sinal positivo! Eu julgo que sim, mostrei isso na última Assembleia.

Em relação à questão dos resíduos sólidos e urbanos, porque é que nós estimámos uma poupança? Ao que se tem vindo a verificar e que é muito claro que é, a partir do momento em que a gestão dos resíduos sólidos urbanos passou para os Serviços Municipalizados, o dinheiro deixou de entrar num bolo e passou a ser canalizado directamente para pagar às entidades, o que significou que houve análise concreta daquilo que é estes dois contratos. São dois contratos de prestação de serviços, um com a SUMA e o outro com a ERSUC e sabemos exactamente aonde é que tínhamos as menos-valias, onde é que estávamos a perder entre aspas dinheiro. E daí, fizemos essa análise. Análise que em concreto, quando se verifica que as maiores dívidas ou das maiores dívidas entre 2005 e 2007 eram estas da área do ambiente. E isso era exactamente por aquilo que eu lhe disse, quando entrava havia outros credores para pagar primeiro e portanto pagava-se se calhar a quem não retilava tanto, porque estas empresas não tinham grandes preocupações.

Dar uma nota para verificar essa poupança, na análise do relatório dos Serviços Municipalizados por função de 2010 e verificará que existe um equilíbrio nas receitas e nas despesas e portanto já aí temos o equilíbrio que nós estimávamos.

Quanto aos compromissos, o Deputado do PCP referiu, temos a perspectiva da contabilidade orçamental, que é algo importante para nós em termos públicos. Revela de facto aquilo que pode vir a acontecer em muitos casos acontece, noutros nem por isso, dar-lhe esta nota, em termos de contabilidade orçamental, aquilo que mais me preocupa são de facto os compromissos. E é aquilo que nós neste momento estamos a preparar num plano de acção, exactamente para limpar muita coisa que existe em termos de compromissos. Essa é uma realidade e que depois vá lá, que tenhamos o orçamento que temos, não lhe digo dos 65, sejam 60, mas há alguma coisa que será eliminada com certeza. Nós temos vindo a fazer esse trabalho ao longo dos anos. Já muito trabalho foi feito, nomeadamente nos últimos dois anos, mas existem ainda coisas que nós precisamos de limar. São processos complicados.

Como eu já referi na última Sessão os moldes de contratação pública são díspares. Não estavam centralizados e isso gerava este tipo de situações. Estamos a fazer os possíveis para inverter essa situação e espero que cada vez mais venhamos a concentrarmo-nos e isso reflita uma realidade muito mais exequível.

Partido Socialista, em relação ao Plano e que ele se alicerçava essencialmente no Empréstimo. Dar-lhes nota. Uma parte importante do Plano é o empréstimo de facto. Tanto é importante, que ele próprio está referido na Lei que enquadra o Plano de Saneamento e portanto tinha que ser com certeza uma parte importante.

Quanto à imagem que gastamos mais do que recebemos. As Contas deste ano têm vindo a demonstrar que não é essa a realidade, embora como eu goste sempre de dizer e até porque houve algumas dúvidas levantadas, nós vamos verificar isso no final do ano e ver se de facto estamos nesse bom caminho.

Dar-lhes uma nota final. Sem dúvida que aquilo que vem sendo (como toda a gente sabe) as dívidas geram sempre dívidas e, portanto, é difícil recuperar algumas coisas. Mas eu julgo que trabalho como nós sempre dissemos, este Plano é para doze anos. Provavelmente esses vão ser os anos que a Câmara precisará para ter o equilíbrio de facto, para conseguir voltar a crescer.

O deputado Manuel António do PSD referiu se nós tínhamos quantificado os valores referentes aos juros de não pagar a tempo e horas. Esse valor está referido no Plano de Saneamento senhor deputado — são trinta e sete milhões. É como tudo, nós bem sabemos que há empresas que nos não cobram juros de mora, mas legalmente há muitas empresas que nos podem cobrar e a 11%. Na altura eram 11%, agora é um bocadinho mais.

E portanto há uma poupança que é feita. Há uma poupança numa série de situações, nomeadamente quem fornece a uma entidade que paga, fornece sempre com outras condições que a uma entidade que não paga a tempo e horas. E portanto há ganhos em vários sítios. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

“Efetivamente, quanto à questão do período de carência de três anos, eu não fiz uma pergunta directa, mas penso que mesmo assim merecia alguma reflexão, na medida em que esse período que pelo que eu percebi está a finalizar e é digamos assim entre aspas o período mais “amiguinho” para a Câmara. Porque era aquele em que as prestações eram mais reduzidas. E portanto, perante o cenário de que as prestações a pagar à Caixa Geral de Depósitos vão aumentar, eu queria aqui uma reflexão da Câmara de como é que pretende enfrentar esse cenário, quando até agora nestes três anos não há sinais positivos? Portanto se não há sinais positivos durante estes três anos e nos anos seguintes as prestações a pagar vão-se agravar e havendo carência de capital não houve amortização da capital, portanto não houve a possibilidade de baixar os juros nessa altura, de baixar as prestações, a questão que eu pedia mais concreta é esta: se não valia mais ter feito um Plano de doze anos sem a carência de três anos e estar a amortizar o capital desde o início, em vez de fazer estes três anos digamos assim de benevolência para com a Câmara — que eu acho que não foram aproveitados. A questão que coloco é essa: eu acho que estes três anos não foram aproveitados e estes três anos fariam sentido se eventualmente houvesse um cenário de recuperação económico ou seja, nós temos nestes três anos, estamos aqui à rasquinha digamos assim, mas passados três anos, nós vamos ter recuperação económica? Vamos ter aumento de receitas? Vai haver condições económicas para compensar esse aumento que vai ser criado nas prestações a pagar na Caixa Geral de Depósitos? Porque acabado este período de carência, vai haver um aumento mais agressivo do que se a Câmara tivesse optado a pagar em 12 anos sem este período de carência. E portanto era essa a reflexão que eu queria que fosse feita.

Não foi feita e portanto deixo novamente a oportunidade na segunda ronda para o fazer. Em relação aos SMAS eu confesso que eventualmente não terei percebido bem. Mas só o facto da contratualização com estas duas empresas ser feito directamente pelos Serviços Municipalizados induz poupança!? É isso? Então eu gostava que me dissesse mais concretamente como é que isso acontece.

Pode-me ter passado alguma coisa de lado, mas de facto não percebi, como é que o facto de uma entidade que não a Câmara, sendo aos Serviços Municipalizados, induz poupança? Queria que fosse mais concreto nesse aspecto.

Também dizer que de facto, só pode ser mero percurso de gestão, porque quando se reduziu os efectivos 221 em 2007 para 38, de facto deve ser muito despedimento. Ou seja, aquilo que eu gostava de perceber é que se de facto os Serviços Municipalizados de Aveiro não tiveram nenhuma competência nesta área, que não somente a contratualização. É isso que está em causa não é?”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁴

“Senhor Presidente muito obrigado. Duas notas apenas para em primeiro lugar dizer que não é verdade ou algumas das coisas que foram ditas aqui não são verdade.

Comecemos pela primeira. O empréstimo dos cinquenta e oito milhões. Com esse empréstimo (eu sei que muita gente se esquece, foi por isso que eu escrevi essas coisas todas e continuam escritas) o executivo municipal comprometia-se de imediato liquidar todas as dívidas de curto prazo aos seus fornecedores e também a outros credores nomeadamente à Aveiro Polis, à ADSE, à ACASA, e a REFER, bem como os valores de protocolos e subsídios em atraso às Juntas de Freguesia e a outras Instituições sem fins lucrativos.

Comprometia-se ainda, a liquidar cerca de vinte milhões de euros em dívida a sociedades de factoring e estava previsto (e está previsto) um valor de provisões no montante de cerca de cinco milhões de euros destinado a fazer face a eventuais juros de mora a pagar a fornecedores e encargos de processos judiciais e indemnizações.

Esta é que é a verdadeira verdade. Não é aquela que está escrita no documento. O problema é que não há nenhuma situação financeira de nenhuma Instituição que se resolva sem primeiro resolver a situação económica.

As situações financeiras podem ser transitórias, mas se não se resolver a situação económica a médio, a curto ou a médio prazo, a situação financeira deficitária, como problemática, retorna.

E o problema é que em Aveiro empurraram-se os problemas com a barriga para a frente! Não houve coragem política para resolver a situação económica do município, para de facto pôr medidas de um verdadeiro Plano de Saneamento Financeiro. Quando nós olhamos para o nosso Plano de Saneamento Financeiro e vemos algumas medidas delirantes, para pagamento do empréstimo, com uma concessão do estádio por 65 milhões de euros, o que é que nós podemos dizer!? O que é que nós podemos dizer? De facto esta Câmara ou alguma Câmara vai algum dia concessionar o estádio municipal de Aveiro por 65 milhões de euros? Vai? Não vai.

Portanto toda a arquitectura deste Plano de Saneamento Financeiro é uma falácia. É uma mentira. E as pessoas continuam-se a agarrar a essa mentira como se essa mentira fosse a coisa mais verdadeira que há no mundo e que pudesse acontecer. Milagres! Milagres. Mas milagres não há todos os dias. E portanto a Câmara não aproveitou na altura própria a possibilidade de utilizar as medidas que uma situação de desequilíbrio estrutural merecia, porque diz aqui, como diz o Senhor Presidente: “eu estou agarrado a compromissos eleitorais e portanto não posso fazer isso!” E com esses compromissos eleitorais que o Senhor Presidente tomou destruiu de facto o futuro de Aveiro e o futuro de muitos aveirenses.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁵

“Brevemente. O que ficou por explicar e foi perguntado foi o porquê desta medida surgir apenas agora. Porque as dívidas que estavam perfeitamente consignadas a seguir a 17 de Novembro de 2008, segundo nos aparecem na deliberação... (ouvem-se vozes) Sim, a resposta é simples, mas isso não ficou claro! A ideia que dá, excelentíssimo executivo e excelentíssimo Presidente da Câmara, é que este é o último fôlego, a última receita extraordinária, a que se vão agarrar — essa é que é a questão! E já foi a questão do empréstimo inicialmente. Depois da questão das águas é agora esta parte final do empréstimo. E a seguir?”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira⁰²⁶

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação ⁰²⁷⁰ ponto n.º 8.1 – Reestruturação da Medida 3.3.2 – Dívida de curto prazo, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD19+CDS6), dez abstenções (PS7+BE2+PCP1) e dois voto contra (PS2).

Não houve declarações de voto.

De seguida, o Presidente da Mesa⁰²⁸, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, o presidente da Mesa deu por concluída⁰²⁹ a Sessão Ordinária de Abril.

Toda a reunião foi transmitida numa emissão em directo no endereço www.livesteam.com/aveiromunicipal.

Eram 22:00 horas do dia 27 de Junho de 2011.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(1:30)